

Clipping Diário

TJPI



24.11.2017



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	24.11.2017	-	BrJus

Ferramenta vai permitir maior controle das atividades do 1º grau no Judiciário

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (CGJ-PI) e a Escola Judiciária do Estado do Piauí (Ejud-PI) promovem, até o dia 1º de dezembro, curso de formação voltado à implantação de ferramenta de Business Intelligence (BI – Inteligência de Negócios) no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI). O treinamento tem como público-alvo analistas de sistemas do TJ-PI e está sendo realizado no laboratório do PJe, no Fórum Central da comarca de Teresina.

Com o BI, será possível tornar mais eficiente o acesso a informações estratégicas de apoio à tomada de decisões no âmbito do TJ-PI, permitindo melhores fiscalização e controle da atividade judicial de 1º Grau, assim como das atividades extrajudiciais. Atualmente, a obtenção de informações dos sistemas do Tribunal ocorre de forma manual, mediante solicitação direta à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CIDADE VERDE	24.11.2017	-	NOTÍCIAS

TJ-PI implanta centro de solução de conflitos no centro de Teresina

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) inaugurou nesta quinta-feira (23/11), seu segundo Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), que tem como principal foco solucionar os conflitos da sociedade antes que cheguem ao Judiciário. O CEJUSC Centro vai permitir que demandas sejam resolvidas pela via da autocomposição, de forma extrajudicial, evitando a entrada de mais processos no Judiciário.

O novo CEJUSC vai funcionar no prédio do CENAJUS, espaço da Justiça Federal ao lado da Prefeitura de Teresina, e já conta com estrutura moderna, móveis, equipamentos de informática e um ambiente próprio para as sessões de mediação e conciliação realizadas por profissionais formados para tal atividade extrajudicial. O objetivo é evitar ao máximo que os processos ganhem tom litigioso, o que o encarece e o deixa mais moroso, tendo em vista a enorme quantidade de processos tramitando na Justiça.

Ao comentar sobre o espaço, o Presidente do TJ-PI, Desembargador Erivan Lopes, ressaltou a importância do Tribunal investir nestas formas alternativas de solução de conflitos.

“O Judiciário já entendeu que fica difícil atender em tempo hábil toda a demanda processual que se encontra hoje nos gabinetes. Portanto, é preciso se buscar soluções alternativas para a resolução destes conflitos e este CEJUSC vem atender a este novo conceito. Vamos oferecer serviços gratuitos para a população, com fácil acesso e rápido e com a mesma eficácia das decisões judiciais. Aqui temos mediadores, conciliadores formados para este fim, que presidem audiência de conciliação e em havendo acordo, é homologado pelo juiz, que vale como um título judicial. Além de descentralizar os processos da Justiça, também filtra a entrada de mais ações no judiciário”, evidencia o Presidente Erivan Lopes, destacando, ainda, a parceria importante com a Justiça Federal.

Idealizador do prédio do CENAJUS, o hoje Desembargador Federal do TRF1, Carlos Augusto Brandão, afirmou que o TJ-PI é exemplo para o resto do país ao fomentar ações como esta, que visam oferecer um serviço de qualidade e mais célere ao jurisdicionado.

A Juíza Lucicleide Belo (Coordenadora do CEJUSC) e o Juiz Manoel Dourado (Coordenador do NUPEMEC), agradeceram o empenho da atual gestão do TJ-PI em restaurar e preparar o espaço para a instalação de mais um centro de solução de conflito em Teresina.

O Tribunal já firmou parcerias com mais 10 faculdades particulares de Direito de Teresina e deverá implantar um CEJUSC em cada uma dela. As faculdades oferecerão a estrutura e o TJ-PI fará a capacitação do pessoal que atuará nestes espaços. Os estudantes das faculdades poderão realizar estágios nos próprios CEJUSC's. A implantação dos 10 CEJUSC's deverá ser concluída em 2018.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	24.11.2017	-	POLÍCIA

Caso Iarla: Juiz decidirá se ex-tenente irá a Tribunal do Júri somente em dez dias

A decisão foi tomada durante a audiência de instrução e julgamento do ex-tenente a pedido do Ministério Público

A decisão se o ex-tenente do Exército José Ricardo da Silva Neto, acusado de matar a namorada Iarla Lima, em 19 de junho deste ano será levado ou não a júri popular só sairá em um prazo de dez dias. A decisão foi tomada durante a audiência de instrução e julgamento do ex-tenente a pedido do Ministério Público.

A audiência presidida pelo juiz Antônio de Reis Noletto, começou às 8h30 só terminou por volta das 19horas, no Fórum Criminal. Ao todo foram arroladas 11 testemunhas de defesa do réu e oito pelo Ministério Público.

Durante depoimento José Ricardo da Silva Neto não respondeu a perguntas do promotor, somente respondeu ao juiz. Questionado sobre o que aconteceu, o ex-tenente não soube responder e disse apenas que não sabia explicar como efetuou os disparos.

“José Ricardo não respondeu a perguntas do Ministério Público é um direito dele. A justificativa da ação dele, respondendo às perguntas do juiz, era que dentro do carro ele ficou em estado de choque e não sabia o que aconteceu. No bar estava tudo normal”, relata o promotor Ubiraci Rocha.

Segundo o promotor a instrução do processo foi concluída. “A instrução do processo foi concluída com a oitiva do acusado e foi aberto vista para o Ministério Público”, disse Ubiraci Rocha.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	24.11.2017	-	POLÍCIA

O Promotor ainda chegou a denunciar a falta de policiamento no local da audiência. " A audiência teve início às 8h30. O pior sem policiamento, quase ocorre um confronto entre familiares de vítimas e acusado. O fato será denunciado pelo Ministério Público ao juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri, a fim de que tome providências junto à presidência do Tribunal de Justiça no sentido de viabilizar melhor segurança nos casos de julgamentos e audiências dessa natureza, e evitar fatos mais graves", declara Ubiraci Rocha.

Entenda o caso

O tenente do Exército José Ricardo da Silva Neto, de 23 anos, é acusado de matar a namorada Iarla Lima Barbosa, de 25 anos, e ferir outras duas mulheres durante a madrugada do dia 19 de junho na zona leste de Teresina. A vítima estava com o namorado, a irmã e uma amiga em uma festa momentos antes do crime.

Segundo testemunhas, a jovem teria dançado com um amigo, o que teria deixado o tenente do Exército com ciúmes e efetuado o crime.

Iarla foi alvejada com dois tiros no rosto. A irmã, Ilana Lima, levou um tiro de raspão na cabeça, e a amiga foi atingida com um tiro no braço e outro no tórax. Depois do crime, o tenente do Exército se trancou no banheiro do seu apartamento na zona leste.

Momentos depois, a polícia conseguiu que ele se entregasse e o encaminhou para a Central de Flagrantes. O oficial do Exército está internado em um hospital particular depois de passar por cirurgia para remover uma bala que ficou alojada em sua perna.

O Exército abriu procedimento administrativo e expulsou Silva Neto. Ele foi preso e transferido no último dia 06 de novembro do 2º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) para um presídio estadual.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
OITO MEIA	24.11.2017	-	NOTÍCIAS

Tribunal de Justiça implanta gerenciador de solução de conflitos no centro de Teresina

Ao comentar sobre o espaço, o Presidente do TJ-PI, Desembargador Erivan Lopes, ressaltou a importância do Tribunal investir nestas formas alternativas de solução de conflitos

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) inaugurou nesta quinta-feira (23/11), seu segundo Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), que tem como principal foco solucionar os conflitos da sociedade antes que cheguem ao Judiciário. O CEJUSC Centro vai permitir que demandas sejam resolvidas pela via da autocomposição, de forma extrajudicial, evitando a entrada de mais processos no Judiciário.

O novo CEJUSC vai funcionar no prédio do CENAJUS, espaço da Justiça Federal ao lado da Prefeitura de Teresina, e já conta com estrutura moderna, móveis, equipamentos de informática e um ambiente próprio para as sessões de mediação e conciliação realizadas por profissionais formados para tal atividade extrajudicial. O objetivo é evitar ao máximo que os processos ganhem tom litigioso, o que o encarece e o deixa mais moroso, tendo em vista a enorme quantidade de processos tramitando na Justiça.

Ao comentar sobre o espaço, o Presidente do TJ-PI, Desembargador Erivan Lopes, ressaltou a importância do Tribunal investir nestas formas alternativas de solução de conflitos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
OITO MEIA	24.11.2017	-	NOTÍCIAS

“O Judiciário já entendeu que fica difícil atender em tempo hábil toda a demanda processual que se encontra hoje nos gabinetes. Portanto, é preciso se buscar soluções alternativas para a resolução destes conflitos e este CEJUSC vem atender a este novo conceito. Vamos oferecer serviços gratuitos para a população, com fácil acesso e rápido e com a mesma eficácia das decisões judiciais. Aqui temos mediadores, conciliadores formados para este fim, que presidem audiência de conciliação e em havendo acordo, é homologado pelo juiz, que vale como um título judicial. Além de descentralizar os processos da Justiça, também filtra a entrada de mais ações no judiciário”, evidencia o Presidente Erivan Lopes, destacando, ainda, a parceria importante com a Justiça Federal.

Idealizador do prédio do CENAJUS, o hoje Desembargador Federal do TRF1, Carlos Augusto Brandão, afirmou que o TJ-PI é exemplo para o resto do país ao fomentar ações como esta, que visam oferecer um serviço de qualidade e mais célere ao jurisdicionado.

A Juíza Lucicleide Belo (Coordenadora do CEJUSC) e o Juiz Manoel Dourado (Coordenador do NUPEMEC), agradeceram o empenho da atual gestão do TJ-PI em restaurar e preparar o espaço para a instalação de mais um centro de solução de conflito em Teresina.

AMPLIAÇÃO DOS CEJUSC's

o Tribunal já firmou parcerias com mais 10 faculdades particulares de Direito de Teresina e deverá implantar um CEJUSC em cada uma dela. As faculdades oferecerão a estrutura e o TJ-PI fará a capacitação do pessoal que atuará nestes espaços. Os estudantes das faculdades poderão realizar estágios nos próprios CEJUSC's. A implantação dos 10 CEJUSC's deverá ser concluída em 2018.